

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do Conselho Nacional de Justiça

terceiro trimestre de 2023



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

**DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE**

Sumário

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	3
Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Práticas Contábeis.....	3
Políticas Contábeis	3
Mensuração de Ativos	3
Mensuração de Passivos	7
Notas Explicativas	8
NOTA I – Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas	8
Variações patrimoniais aumentativas	9
Variações patrimoniais diminutivas	10
NOTA II – Análise Patrimonial.....	12
Ativo	13
Passivo.....	14
NOTA III – Execução do Orçamento do CNJ.....	15
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17
INVESTIMENTOS	19
NOTA IV – Restos a Pagar	20



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Pessoal e Encargos Sociais	21
Outras Despesas Correntes	21
Investimentos	21
NOTA V – Descentralização Orçamentária – Créditos Concedidos e Recebidos via TED	22
Créditos concedidos.....	22
Créditos Recebidos	24



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DC's) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964, da Lei 6.404/1976 e do Decreto 93.872/1986. Abrangem também as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – **NBC TSP** – emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, além das orientações apresentadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 9ª edição. As DC's foram extraídas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações das contas contábeis em nível de Órgão Superior (17000). Os demonstrativos analisados foram: **Balanco Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; Balanco Orçamentário; Balanco Financeiro; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração de Fluxo de Caixa.**

Políticas Contábeis

O Conselho Nacional de Justiça é órgão do Setor Público cuja missão é promover o desenvolvimento do Poder Judiciário em benefício da sociedade, por meio de políticas judiciárias e do controle da atuação administrativa e financeira. Assim, as políticas contábeis adotadas levam em consideração a natureza de suas operações, ou seja, não lucrativas e com fim de desenvolver a sociedade através da modernização da atuação do Poder Judiciário. A natureza constitucional do CNJ reflete na forma como os ativos e passivos são mensurados e reconhecidos bem como não constituição de estimativas para incertezas pelos pressupostos de longevidade do órgão.

Mensuração de Ativos

Caixa e equivalente caixa



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

O CNJ não possui receitas próprias, seu caixa é formado por recursos do Tesouro na Conta Única em moeda nacional (Real) depositada no Banco Central do Brasil (art. 164, §3º da Constituição Federal). Os valores são mensurados pelo valor histórico. Uma ínfima arrecadação, via depósito em conta separada da Conta Única, ocorre nos casos de garantia contratuais do tipo caução. Para este caso, a atualização ocorre quando da devolução do recurso.

Créditos a receber de curto prazo

Compreendem os adiantamentos concedidos a pessoal (vencimento e suprimento de fundos) e adiantamentos concedidos a outros órgãos via Termo de Execução Descentralizada. São mensurados e avaliados pelo valor original da transação.

Estoques

Os estoques do CNJ são compostos de materiais para consumo, manutenção e expediente no funcionamento geral do próprio ente. Em conta separada, estão alocados estoque de matérias para doação. Em ambos os casos, os estoques são avaliados pela regra contida na NBCTSP04: método do custo de aquisição que compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis no Fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e suprimentos. Quanto ao critério de saída, os estoques são baixados na saída, pelo custo médio ponderado segundo art. 106 da Lei nº 4.320/1964. Não há ajuste para perda de estoques, tendo em vista que os tipos de materiais estocados são para uso interno do CNJ e não histórico de perdas que ensejem a necessidade de constituir provisão.

Despesas Pagas Antecipadamente

São pagamentos antecipados de serviços cuja apropriação no resultado da despesa ocorre pelo fato gerador segundo o Regime de Competência. Os valores são inicialmente registrados pelo custo e baixados proporcionalmente ao tempo contratado.

Imobilizado



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

**DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Os itens do imobilizados do CNJ são para uso das atividades do próprio órgão e não para gerarem caixa. É reconhecido inicialmente com base no valor do custo de aquisição, construção ou produção conforme a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado. Após o reconhecimento inicial, fica sujeito à depreciação.

Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação com base no valor patrimonial definido nos termos da doação.

Depreciação

O CNJ adota as taxas de depreciação e vida útil aplicadas aos ativos enumeradas na Macrofunção SIAFI 02.03.30 - Depreciação, amortização e exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações principalmente em relação às regras de cálculo da vida útil, valor residual e cota de depreciação:

Conta	Vida Útil (anos)	Valor Residual
12311.01.01 - APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	15	10%
12311.01.02 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	10	20%
12311.01.03 - EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	15	20%
12311.01.05 - EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	10	10%
12311.01.07 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	10	10%
12311.01.08 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	15	10%
12311.01.09 - MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	10	10%
12311.01.18 - EQUIPAMENTO DE MANOBRA E PATRULHAMENTO	20	10%
12311.01.21 - EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10%



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

**DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE**

12311.01.25 - OUTRAS MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	10	10%
12311.02.01 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	10%
12311.03.01 - APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMESTICOS	10	10%
12311.03.02 - MAQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITORIO	10	10%
12311.03.03 - MOBILIARIO EM GERAL	10	10%
12311.04.02 - COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	10	10%
12311.04.05 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	10	10%
12311.04.06 - OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	0	0%
12311.05.01 - VEICULOS EM GERAL	15	10%
12311.05.03 - VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	15	10%
12311.99.09 - PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	10	10%

O CNJ também possui Bens Móveis destinados exclusivamente para doação (12311.99.01 - Bens móveis a alienar), os quais não depreciam e estão avaliados pelo valor de custo de aquisição.

O Sistema Patrimonial (GEAFIN) emite relatório com as depreciações mensais utilizando o método das cotas constantes e a Seção de Contabilidade realiza o lançamento no SIAFI mensalmente, pois os sistemas não são interligados.

A depreciação de bens imóveis fica a cargo da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) no Ministério da Economia. O cálculo das cotas é feito por meio do Sistema SPIU-Net e lançado no SIAFI pela Coordenadoria de Contabilidade da União automaticamente todos os meses.

Ao final das Notas Explicativas, consta anexo contendo lista sintética por conta de bens móveis contendo o resumo das movimentações no período analisado.

Intangíveis



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Os intangíveis do CNJ são formados pela aquisição de softwares e são reconhecidos pelo Modelo do Custo conforme NBC TSP08 – Ativos Intangíveis. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é subtraído da amortização.

A vida útil atribuída a todos os softwares é de 5 (cinco) anos. A revisão junto aos administradores dos softwares quanto à análise seu potencial em gerar benefícios bem como revisão de vida útil é questionada a cada 5 anos ou ainda pode ser solicitada pelos administradores dos sistemas sempre que surgirem fatos novos que ensejam a revisão (de valor e/ou vida útil).

O CNJ não possui software classificado como vida útil indefinida.

Mensalmente, o sistema patrimonial do CNJ emite relatório com a cota de amortização com a seguinte regra de cálculo:

$$\text{COTA DE AMORTIZAÇÃO MENSAL} = [(\text{CUSTO DE AQUISIÇÃO} - \text{VALOR RESIDUAL}) / \text{VIDA ÚTIL}^*] / 12$$

** Via de regra, a vida útil é de 5 anos e o valor residual é zero.*

Mensuração de Passivos

Compreendem as obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar e demais obrigações. As obrigações por competência decorrentes de benefícios a servidores (13º salário, férias e outros) também são evidenciadas. Os valores são mensurados pelo custo histórico.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

**DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE**

Notas Explicativas

NOTA I – Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas

As Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA´s correspondem a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade. No sentido oposto, as Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD´s correspondem a uma diminuição. A análise de VPA´s e VPD´s compara os saldos contabilizados até setembro/2022 e setembro/2023.

O quadro abaixo mostra, resumidamente, o balanceamento dos saldos apresentados no CNJ no terceiro trimestre de 2023 comparado ao mesmo período de 2022.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – RESUMIDA			
	2023	2022	Análise Horizontal (2023 x 2022)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	803.403.347,60	886.828.509,62	-9,41%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	763.192.677,35	830.951.757,37	-8,15%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	40.210.670,25	55.876.752,25	-28,04%

Fonte: Elaboração Própria. Dados: Siafi-Web



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Variações patrimoniais aumentativas

	2023	2022	Análise Horizontal (2023 x 2022)	Análise Vertical (2023)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	803.403.347,60	886.828.509,62	-9,41%	100,00%
Transferências e Delegações Recebidas	801.253.633,62	883.595.759,52	-9,32%	99,73%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.415.402,72	3.092.598,73	-54,23%	0,18%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	734.311,26	140.151,37	423,94%	0,09%

Fonte: Elaboração Própria. Dados: Siafi-Web

Transferências e Delegações Recebidas

Representa 99% das VPA's, totalizando R\$ 801 milhões. Esta conta abarca as cotas financeiras recebidas do Tesouro Nacional e depositadas na Conta Única para tornar possível a execução do cronograma anual de desembolso de por parte do CNJ.

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Apresentou um decréscimo de 54% em relação a 2022. Essa conta reflete, em sua maioria, através de "Ganhos com incorporação de ativos" (R\$ 815 mil), valores transferidos pelo CNJ a outros órgãos federais via Termo de Execução Descentralizada (TED) e também a entrada de materiais via estoque virtual devido à contratação de serviços continuados de outsourcing para operação de almoxarifado virtual nacional (AVN). Já os "Ganho com a Desincorporação de Passivo" (R\$ 600 mil), refletem os valores baixados (devolvidos) de TED em razão do não prosseguimento de execução de seus objetos. Os TEDs são tratados em tópico específico.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Apesar do pequeno valor, considerando o total das VPA's, teve uma significativa variação de 423%. A conta reúne valores como multas administrativas recebidas de contratos vigentes, indenizações e restituições diversas. O aumento ocorreu em razão de valor aplicado em multa contratual em 2023 (R\$ 696 mil).

Variações patrimoniais diminutivas

	2023	2022	Análise Horizontal (2023 x 2022)	Análise Vertical (2023)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	763.192.677,35	830.951.757,37	-8,15%	100,00%
Pessoal e Encargos	72.081.486,57	68.484.900,64	5,25%	9,44%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.999.532,92	2.731.925,20	9,80%	0,39%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	89.064.231,15	70.915.192,61	25,59%	11,67%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.963,04	-	-	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	1.487.826,07	4.684.292,95	-68,24%	0,19%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	597.011.985,72	683.568.806,88	-12,66%	78,23%
Tributárias	474.393,45	447.794,92	5,94%	0,06%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	69.258,43	118.844,17	-41,72%	0,01%

Fonte: Elaboração Própria. Dados: Siafi-Web



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Em termos de participação total nas VPD's, têm-se Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos representando 78%. No entanto, ao observar o parâmetro de variação de 2022 para 2023, as principais contas que tiveram mudança de montante foram: Transferências e delegações concedidas; Outras Variações Patrimoniais Diminutivas e Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, em ordem decrescente.

Transferências e Delegações Concedidas

Apresentou queda de 68%. Essa conta evidencia principalmente os repasses financeiros que o CNJ faz a outros órgãos federais via acordo ou TED e doações de bens móveis realizadas.

De janeiro a setembro de 2022, foram doados cerca de R\$ 1,6 milhões em kit's biométricos para modernização do Poder Judiciário e Secretarias Estaduais de Justiça como parte da Ação de Identificação Civil e Emissão de Documentos às pessoas privadas de liberdade.

Em 2023, no mesmo período, as doações realizadas pelo CNJ somam R\$ 110 mil; os repasses financeiros acordados em TED's acumulam R\$ 640 mil, além de R\$ 696 mil de recolhimento aos cofres públicos de multa retida em contrato de serviço.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Teve variação negativa de 41% devido à diminuição no pagamento de ressarcimentos a servidores (ajuda de custos; uso de telefones; ressarcimentos de deslocamento) durante o período analisado.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Essa conta representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que são registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos), e apresentou uma variação de 25%. Os serviços de subscrição de licença



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE

de software e de computação em nuvem também são enquadrados nesta conta. Em geral, houve ajustes contratuais ou aumento da demanda que acabaram impactando esse resultado.

NOTA II – Análise Patrimonial

Balanco Patrimonial				
Ativo				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	Análise Horizontal	Análise Vertical - 2023
ATIVO CIRCULANTE	135.401.018,86	91.491.441,29	48,0%	76,3%
Caixa e Equivalentes de Caixa	121.350.153,51	77.781.599,68	56,0%	68,4%
Créditos a Curto Prazo	10.641.928,54	10.344.110,99	2,9%	6,0%
Estoques	322.949,79	352.725,42	-8,4%	0,2%
VPDs Pagas Antecipadamente	3.085.987,02	3.013.005,20	2,4%	1,7%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	42.021.581,61	45.664.912,88	-8,0%	23,7%
Imobilizado	37.967.950,01	39.723.588,06	-4,4%	21,4%
Intangível	4.053.631,60	5.941.324,82	-31,8%	2,3%
TOTAL DO ATIVO	177.422.600,47	137.156.354,17	29,4%	
Passivo				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	Análise Horizontal	Análise Vertical - 2023
PASSIVO CIRCULANTE	146.616.934,95	145.799.368,36	0,6%	82,6%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar	390.034,56	213.557,23	82,6%	0,2%
Fornecedores e Contas a Pagar	451.157,36	3.279,95	13655,0%	0,3%
Demais Obrigações a Curto Prazo	145.775.743,03	145.582.531,18	0,1%	82,2%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	146.616.934,95	145.799.368,36	0,6%	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	Análise Horizontal	Análise Vertical - 2023
Resultados Acumulados	30.805.665,52	(8.643.014,19)	456,4%	17,4%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.805.665,52	(8.643.014,19)	456,4%	17,4%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	177.422.600,47	137.156.354,17	29,4%	

Fonte: Elaboração Própria. Dados: Siafi-Web.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Ativo

Caixa e Equivalentes de Caixa

Contém o saldo em caixa na Conta Única da União com o somatório dos valores em caixa e em depósitos bancários disponíveis, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade. O CNJ não gera receita diretamente, as receitas são oriundas de cotas repassadas pelo Tesouro Nacional. E o saldo em Caixa refere-se aos valores não utilizados até o momento.

Créditos a curto prazo

97% dessa conta refere-se a repasses de recursos financeiros via TED. Esses repasses aparecem no Ativo quando da concessão da programação financeira ao órgão descentralizado e somente serão baixados do Ativo no momento da prestação de contas pela descentralizada à descentralizadora. Além disso, compreende valores a receber decorrentes de adiantamentos a pessoal referentes à antecipação de salários, adiantamentos de 13º e adiantamento de férias e outros.

Estoques

A conta de estoques abrange o estoque interno do CN e valores do projeto de cooperação técnica internacional firmado entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o CNJ, para realização de coleta de informações biométricas para identificação civil das pessoas privadas de liberdade. Dessa forma, para a consecução dos objetivos pretendidos no projeto, o PNUD, organismo internacional cooperante, promoveu a aquisição de kits biométricos (aumentando a conta de estoque do CNJ) que foram transferidos ao CNJ para posterior doação aos tribunais regionais e justiça federal, essas doações ocorreram principalmente ao longo de 2022. Ao fim do terceiro trimestre de 2023, a conta apresenta baixa variação devido à diminuição do volume de doações e ao baixo consumo de materiais.

VPDs Pagas Antecipadamente

Trata-se de pagamentos antecipados cuja apropriação da despesa ocorre pelo fato gerador. Aqui, o CNJ emprega recursos para assinatura de jornais, seguro da frota e direitos de uso de software por tempo determinado quando há pagamento de todo direito de uso de forma antecipada. Com o passar do tempo, o uso do serviço contratado vai sendo levado ao resultado e a conta de pagamento antecipado é gradualmente reduzida.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Assim, apresenta o valor líquido entre as aquisições de softwares e suas correspondentes amortizações. Consta uma diminuição de 32% em relação ao ano anterior decorrente da amortização e baixa de softwares com vida útil expirada. A variação é composta pela: soma da aquisição de novas licenças; redução por meio da apropriação das amortizações mensais e baixas de softwares cuja vida útil foi finalizada.

Passivo

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais e outros com vencimento no curto prazo. Apresenta uma variação de 85% em relação ao ano anterior. Essa variação se deve, em especial, à baixa mensal de saldo nas contas de 13 salário e férias a pagar, procedimento realizado mensalmente, conforme orientação do Manual SIAFI - Macrofunção 0211142, que determina o confrontamento mensal dos saldos das contas 11311.01.02 ADIANTAMENTO DE FÉRIAS (ativo) e 21111.01.03 FÉRIAS A PAGAR (passivo), para a realização da baixa do menor dos dois. Em setembro a baixa fora realizada no Ativo e permanecendo saldo na conta do Passivo.

Fornecedores e Contas a Pagar

Compreende as obrigações junto a fornecedores a curto prazo decorrente de serviços contratados e aquisições. Representou uma variação significativa (13655%) em relação ao ano de 2022, essa variação ocorre devido às faturas apropriadas em setembro e pagas em outubro.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores. Representando 99% do Passivo total, refere-se principalmente a transferências financeiras a comprovar via TED, ou seja, transferências recebidas pelo CNJ para Prestação de contas ao ente descentralizador do recurso após a devida execução. Quando da prestação de contas, o valor é baixado do passivo.

Patrimônio líquido

O Resultado do Exercício de 2023 foi superavitário em R\$ 40,2 milhões - resultado da ponderação entre VPAs e as VPDs entre os meses de janeiro e setembro. Somando-se ao Ajuste de Exercícios Anteriores, negativo em R\$ 761 mil, que abriga o reconhecimento de Despesas de Exercícios Anteriores, e os Resultados de Exercícios Anteriores (R\$ 8,6 milhões negativos), tem-se o Resultado Acumulado de R\$ 30,8 milhões.

NOTA III – Execução do Orçamento do CNJ

As informações aqui fornecidas se referem à execução do orçamento no Órgão Superior – Conselho Nacional de Justiça (17000). Para mais informações, consultar a execução da despesa e arrecadação da receita do CNJ no Portal da Transparência, endereço <https://www.cnj.jus.br/transparencia-cnj/gestao-orientada-e-financeira-2/relatorios-financeiros/execucao-da-despesa-e-arrecadacao-da-receita/>.

A Dotação Atualizada do CNJ para o ano de 2023 é de R\$ 283,9 milhões de reais distribuídos entre três grupos de despesas: Pessoal e Encargos Sociais (35%), Outras Despesas Correntes (62%) e Investimentos (3%).

O CNJ recebeu, mediante Destaque (transferência de créditos entre unidades gestoras de órgãos de estruturas diferentes), créditos (R\$ 596,5 milhões) para pagamentos de PRECATÓRIOS devidos pelos Tribunais do Poder Judiciário. Os precatórios são requisições de pagamento decorrentes de condenações judiciais definitivas impostas ao poder público. Anteriormente, cada ente federativo (União, Estados e Municípios) era responsável pelo pagamento dos precatórios de sua jurisdição. No entanto, houve uma centralização desses pagamentos no CNJ.

Esse valor não consta na Dotação Atualizada do CNJ uma vez que essa transferência é realizada após o estabelecimento dos Orçamentos de cada Unidade Gestora pela LOA (Lei de Orçamento Anual). Todo montante recebido pelo CNJ já foi pago aos Tribunais.

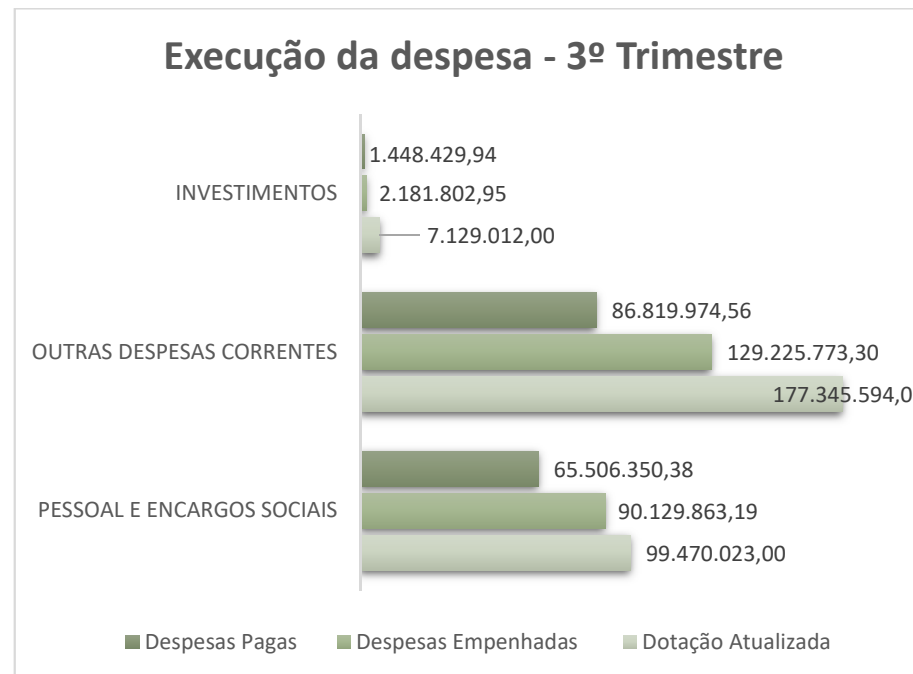


Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

**DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE**

Sendo assim, considerando apenas a dotação atualizada do CNJ, A execução orçamentária por grupo de natureza de despesa até o terceiro trimestre de 2023 apresenta-se da seguinte forma:



Fonte: Elaboração Própria. Dados: Siafi-Web



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

**DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE**

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

São despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativas a cargos e funções, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza. Os elementos mais relevantes do orçamento são: **Vencimentos e Vantagens Fixas e Obrigações Patronais – R\$ 73,3 milhões juntos**. Da dotação total (R\$ 99,4 milhões), 65,5 milhões foram pagos até setembro de 2023.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Possui uma significativa alocação dos recursos do CNJ, pois abrange, por exemplo, despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, serviços de Tecnologia da Informação e locação de mão de obra.

A Tabela abaixo mostra os elementos de despesa mais significativos desse grupo:

ELEMENTO DE DESPESA	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	47.617.674,45	44.635.442,44	29.842.548,82
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	39.372.128,7	38.703.006,05	23.523.808,93
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ	18.004.486,46	17.193.010,65	14.403.717,89
INDENIZACOES E RESTITUICOES	6.937.385,81	6.918.198,79	3.879.264,08
DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	6.799.308,18	6.799.308,18	4.660.687,24
DEMAIS ELEMENTOS	58.614.610,40	14.976.807,19	10.509.947,60
TOTAL	177.345.594,00	129.225.773,30	86.819.974,56

Fonte: Elaboração Própria. Dados: Tesouro Gerencial



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

São despesas decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, não classificadas em outros elementos de despesa, tais como: locação de equipamentos e softwares, desenvolvimento e manutenção de software, hospedagens de sistemas, comunicação de dados, suporte de infraestrutura de TIC, serviços técnicos profissionais de TIC, serviços relacionados a computação em nuvem, treinamento e capacitação em TIC e outros. A tendência do mercado é que os gastos com softwares migrem do modo de aquisição de licença perpétua (Investimento) para o modo de subscrição de uso (aluguel - Despesas Correntes).

O elemento representa 35% (R\$ 44,6 milhões) do empenho total do Grupo de Despesa. Desse valor, R\$ 29,8 milhões foram liquidados e pagos.

Locação de mão de obra

Abrange despesas com prestação de serviços por pessoas jurídicas, tais como limpeza, apoio administrativo, técnico e operacional, vigilância ostensiva, limpeza e conservação das dependências, manutenção e conservação de bens imóveis, serviços de copa, cozinha e incêndio, ou seja, serviços para os quais não há previsão no quadro de carreira de servidores do órgão e que, portanto, precisam ser contratados à parte, mas sem que se refira à substituição de servidor.

Por se tratarem de contratos contínuos e de pagamento mensal, é comum que o empenho seja para o exercício inteiro, por isso, 98% da dotação já está empenhada e 60% do total da dotação foi pago (R\$ 23,5 milhões).

Outros Serviços de Terceiros

São despesas orçamentárias decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas não classificadas em outros elementos, tais como: assinaturas de jornais e periódicos, tarifas de energia elétrica, locação de imóveis (inclusive despesas de condomínio e tributos à conta do locatário, quando previstos no contrato de locação), locação de equipamentos e materiais permanentes, conservação e adaptação de bens imóveis etc.

O elemento representa 13% (R\$ 17 milhões) do empenho total do Grupo de Despesa. Desse valor, R\$ 14,4 milhões foram pagos.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

**DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE**

Indenizações e Restituições

Constituem ressarcimentos diversos, tais como ajuda de custo; uso de telefone; despesas com deslocamento. A despesa mais significativa é o ressarcimento com assistência médica (empenho anual de R\$ 4,8 milhões); ajuda de custo (empenho anual de R\$ 893 mil) e auxílio moradia (empenho anual de R\$ 587 mil).

Diárias – Pessoal Civil

São despesas relacionadas com deslocamento de membros, servidores e colaboradores deste Conselho, dentro e fora do território nacional, para consecução dos objetivos estratégicos do Órgão.

O valor total da dotação (R\$ 6,8 milhões) encontra-se empenhado e 69% desse valor (R\$ 4,6 milhões) já foi pago.

INVESTIMENTOS

Investimentos são despesas orçamentárias com softwares, planejamento e a execução de obras e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. O valor atualizado dessa dotação é de R\$ 7 milhões.

Até o encerramento do terceiro trimestre, o CNJ empenhou neste grupo de despesa R\$ 2,1 milhões, sendo, deste total, R\$ 1,5 milhão empenhado no elemento “Equipamentos e Materiais Permanentes” que envolve despesas com Mobiliário em Geral, Peças Não Incorporáveis a Imóveis, Coleções e Materiais Bibliográficos e Obras de Arte e Peças para Exposição.

Outros R\$ 607 mil estão distribuídos por outros elementos como Serviços de TIC e Obras instalações, e o restante da dotação (R\$ 4,9 milhões) consta “a detalhar” e poderá ser alocado até o final do exercício.

Do Total empenhado para o grupo foi pago R\$ 1,4 milhão (66%).

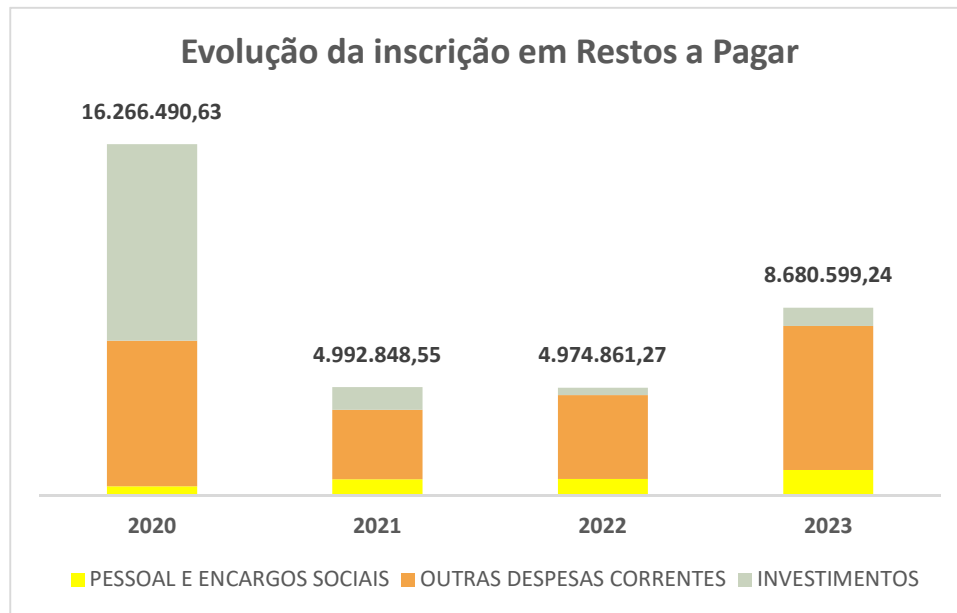


Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

**DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE**

NOTA IV – Restos a Pagar



Consideram-se Restos a Pagar (RP) ou resíduos passivos as despesas regularmente empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente. Distingue-se dois tipos de restos a pagar: os processados - RPP (despesas já liquidadas); e os não processados - RPNP (despesas a liquidar ou em liquidação).

Na Inscrição de Restos a Pagar do CNJ, para o exercício de 2023, houve um aumento de 71% em relação à inscrição de RP de 2022. Esse aumento está associado à inscrição em RP de dois contratos para os serviços de computação em nuvem (Outras despesas correntes).

Apesar da variação, é possível verificar que desde 2020 houve redução do valor inscrito, mesmo em comparação ao exercício de 2023. Isso se deve ao monitoramento constante de execução da despesa a fim de reduzir a inscrição em Restos a Pagar.

O total inscrito em RP em 31.12.2022 no Órgão para execução durante o exercício de 2023, foi R\$ 8.680.599,24: R\$ 8.069.689,66 em RPNP e R\$ 610.909,58 em RPP. A execução destes valores até setembro/23 está da seguinte forma:

Fonte: Elaboração Própria. Dados: Siafi-Web



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

**DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE**

Pessoal e Encargos Sociais

R\$ 1.155.549,90 dos RP inscritos são para despesa com Pessoal e Encargos Sociais: Destes, R\$ 862,3 mil foram pagos e R\$ 293,2 mil estão pendentes de liquidação para pagamento.

Outras Despesas Correntes

R\$ 6.673.079,93 foram inscritos em Outras Despesas Correntes. Desse total, R\$ 944,6 mil foram cancelados; R\$ 5 milhões foram pagos e R\$ 683,5 mil estão a pagar.

Investimentos

R\$ 851.969,41 são para despesas com Investimentos: R\$ 833,3 mil foram pagos e R\$ 18,7 mil foram cancelados.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

**DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE**

NOTA V – Descentralização Orçamentária – Créditos Concedidos e Recebidos via TED

Créditos concedidos

Os créditos concedidos pelo CNJ a outros órgãos somam, até o final do terceiro trimestre de 2023, R\$ 10,8 milhões. É possível verificar que dos valores firmados 6% (R\$ 669 mil) aguardam repasse e 94% (10,1 milhões) já foram repassados e aguardam comprovação da utilização dos recursos. Na tabela a seguir, encontram-se as informações detalhadas:

CONVENENTES	INÍCIO DA VIGÊNCIA	FIM DA VIGÊNCIA	VALORES FIRMADOS	VALORES A REPASSAR	VALORES A COMPROVAR	VALORES COMPROVADOS
SECRETARIA DE TELECOMUNICAÇÕES	20/12/2019	19/12/2023	7.700.000,00		7.700.000,00	
IPEA	21/11/2022	20/06/2024	380.402,00	372.502,00	7.900,00	
SECRETARIA DO CONSELHO DA JUSTICA FEDERAL	24/11/2021	23/11/2026	300.000,00	207.015,04	92.984,96	
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	01/01/2022	31/12/2023	1.321.746,20	89.547,08	1.232.199,12	
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	08/08/2020	30/11/2023	1.126.655,43	1,30	1.126.654,13	
TOTAL			10.828.803,63	669.065,42	10.159.738,21	0,00

Fonte: Elaboração Própria. Dados: Siafi-Web



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Secretaria de Telecomunicações - SETEL/MCTI (R\$ 7,7 milhões): implementação da infovia fase 0 – Projeto Piloto – Interligação de alta velocidade via fibra óptica fluvial das cidades de Macapá (AP), Almeirim (PA), Santarém (PA), Alenquer (PA).

Supremo Tribunal Federal – STF (R\$ 1,3 milhão): TED firmado com o objetivo de manter a parceria entre o CNJ e o STF na contratação de serviços, aquisição de materiais de consumo, entre outras despesas que mantêm estes órgãos e possibilitam o alcance de suas respectivas missões.

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (R\$ 1,1 milhão): execução de projeto para a criação de laboratório de mineração de processos no judiciário brasileiro e instrumentalização de servidores e magistrados para uso de tecnologias envolvidas nesta área de conhecimento.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (R\$ 380 mil): execução de projeto de pesquisa intitulado “O processamento de casos de assédio na Justiça brasileira”.

Conselho da Justiça Federal – CJF (R\$ 300 mil): tem por objetivo custear as despesas decorrentes da realização de serviços gráficos de interesse institucional do CNJ.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Créditos Recebidos

Ao final do terceiro trimestre de 2023, os valores advindos de outros órgãos (TED's vigentes e/ou a comprovar) somam R\$ 144,6 milhões. Deste total 0,1% (R\$ 140,5 mil) consta a receber; 99,8% (R\$ 144,4 milhões) já foram repassados e restam a comprovar; e R\$ 59,4 mil referem-se a valores já comprovados. Os valores e os status destes créditos podem ser visualizados individualmente na tabela a seguir:

ÓRGÃO DETENTOR DO ORÇAMENTO	INÍCIO DA VIGÊNCIA	FIM DA VIGÊNCIA	VALORES FIRMADOS	VALORES A RECEBER	VALORES A COMPROVAR	VALORES COMPROVADOS
DEPEN/DIRETORIA DE POLITICAS PENITENCIARIAS	23/10/2018	23/04/2023	20.000.000,00		20.000.000,00	
	09/11/2018	09/05/2023	35.000.000,00		35.000.000,00	
	20/12/2018	19/06/2023	35.000.000,00		35.000.000,00	
FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS	04/07/2019	20/12/2021	4.366.438,62		4.366.438,62	
SECRETARIA DO CONSELHO DA JUSTICA FEDERAL	02/12/2020	01/10/2023	50.000.000,00		50.000.000,00	
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	27/08/2018	27/08/2023	100.000,00	42.592,71		57.407,29
	30/09/2019	30/09/2024	100.000,00	97.960,78		2.039,22
TOTAL			144.566.438,62	140.553,49	144.366.438,62	59.446,51

Fonte: Elaboração Própria. Dados: Siafi-Web

Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN (R\$ 90 milhões): trata-se de participação em diversos projetos, sendo 35 milhões para o Projeto Penas Inteligentes - Aperfeiçoamento, interoperabilidade e disseminação nacional do Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU; 35 milhões para promoção da documentação civil das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, incluindo a execução do cadastramento da identificação biométrica; e 20 milhões destinados à redução da superlotação e superpopulação carcerária brasileira.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Conselho da Justiça Federal (R\$ 50 milhões): tem por objetivo a execução de ações voltadas à inovação, transformação digital e efetividade na realização da justiça para todos.

Fundo de Defesa dos Direitos Difusos – FDD - do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP (R\$ 4,4 milhões): coordenação do Projeto “Justiça começa na Infância - fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral”.

Supremo Tribunal Federal – STF (R\$ 200 mil): prestação de serviços de organização e fornecimento de infraestrutura adequada à realização de eventos institucionais e fornecimento de material de divulgação e identificação visual.

Elaboração	Revisão
Luiza Mendes de Campos Priscila Karla da Silva Wink Rodrigo Miguel Sousa	Priscila Karla da Silva Wink Contadora do Conselho Nacional de Justiça CRC nº PE-023202/O Seção de Contabilidade Secretaria de Orçamento e Finanças (61) 2326-5136/5128/5141

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

31/10/2023

Resumo contábil de material permanente no período

14:36:15

Ano: 2023 Mês inicial: 1 Mês Final: 9

Lista contábil de material permanente no período (23 registros):

Grupo	Saldo Anterior	Adquirido no período	Alienado no período	Resumo	Saldo
12311.01.01 - Aparelhos de Medição e Orientação	10.316,53	0,00	0,00	0,00	10.316,53
12311.01.02 - Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	621.557,42	0,00	0,00	0,00	621.557,42
12311.01.03 - Equipamentos/Utensílios Médicos Odont. Lab. e Hosp.	858,00	0,00	0,00	0,00	858,00
12311.01.04 - Aparelhos e Equipamentos p/ Esporte e Diversões	0,00	3.195,92	0,00	3.195,92	3.195,92
12311.01.05 - Equipamentos de Proteção e Socorro	726.417,30	39.492,99	0,00	39.492,99	765.910,29
12311.01.07 - Máquinas e Equipamentos Energéticos	1.118.024,00	0,00	5.961,36	-5.961,36	1.112.062,64
12311.01.08 - Máquinas e Equipamentos Gráficos	19.900,38	0,00	0,00	0,00	19.900,38
12311.01.09 - Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	2.116,20	0,00	0,00	0,00	2.116,20
12311.01.18 - Equipamento de Manobra e Patrulhamento	4.442,92	0,00	0,00	0,00	4.442,92
12311.01.21 - Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	6.705,00	0,00	0,00	0,00	6.705,00
12311.01.25 - Outras Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	150.978,96	0,00	200,00	-200,00	150.778,96
12311.02.01 - Equipamentos de Processamento de Dados	37.230.114,60	2.072.200,45	515.645,31	1.556.555,14	38.786.669,74
12311.03.01 - Aparelhos e Utensílios Domésticos	779.029,73	25.750,00	0,00	25.750,00	804.779,73

12311.03.02 - Máquinas e Utensílios de Escritório	44.632,62	0,00	0,00	0,00	44.632,62
12311.03.03 - Mobiliário em Geral	4.956.797,84	74.816,84	12.051,11	62.765,73	5.019.563,57
12311.04.02 - Coleções e Materiais Bibliográficos	85.363,98	558,40	85,00	473,40	85.837,38
12311.04.05 - Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	9.723.592,42	4.249,98	282.641,04	-278.391,06	9.445.201,36
12311.04.06 - Obras de Arte e Peças para Exposição	187.007,91	24.148,20	0,00	24.148,20	211.156,11
12311.05.01 - Veículos em Geral	16.507,97	0,00	0,00	0,00	16.507,97
12311.05.03 - Veículos de Tração Mecânica	2.664.164,46	0,00	0,00	0,00	2.664.164,46
12311.99.01 - Bens móveis a alienar	453.042,32	0,00	10,82	-10,82	453.031,50
12311.99.09 - Peças não Incorporáveis a Imóveis	938.617,98	120.893,81	258.486,26	-137.592,45	801.025,53
12411.01.01 - Softwares com Vida Útil Definida	17.317.450,75	0,00	0,00	0,00	17.317.450,75
Totais	77.057.639,29	2.365.306,59	1.075.080,90	1.290.225,69	78.347.864,98